



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS

EVENTO: REUNIÃO ORDINÁRIA	Nº: 730/01	DATA: 15/08/01
INÍCIO: 15:00	TÉRMINO: 16:05	DURAÇÃO: 1:05:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1:06:00	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 14
REVISORES: J. CARLOS		
SUPervisão:		
CONCATENAÇÃO: J. CARLOS		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre o andamento dos trabalhos da CPI. Votação de requerimentos de convocação de depoentes.

OBSERVAÇÕES

Há orador interveniente não identificado; há expressão não grafada por estar ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ata prevista...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria que V.Exa. registrasse, porque é um direito do Deputado. Eu protocolei um requerimento pedindo pra traçar um norte sobre a condução dos trabalhos e já, pela terceira vez, eu tô reiterando a colocação desse requerimento em pauta pra discussão e votação. E, de acordo com o Regimento, nem o Presidente nem o Relator tem, vamos dizer, alçada pra deixar de pautar os requerimentos de qualquer Deputado. Eu tô falando não só como Relator mas também como Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. e se compromete a analisar em profundidade a sua solicitação. Tendo em vista a distribuição antecipada...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Pela ordem. Eu ia dizer exatamente o que V.Exa. tá iniciando. Tendo em vista a distribuição dos avulsos da Ata da 6^a Reunião, eu pediria a V.Exa. que colocasse em votação a proposta que faço pra que ela seja dada como lida. Evitar a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Dispensada a leitura, coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco a Ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. Aprovada. Eu... Nós fizemos a distribuição das correspondências recebidas para análise dos nobres



Deputados que quiserem ter acesso; está na Secretaria dessa Comissão. E também as correspondências expedidas. Peço à Secretaria que distribua os resumos das correspondências e os faça contar na Ata dessa reunião. Ordem do Dia. Essa reunião foi convocada para deliberação de requerimentos. Concedo a palavra ao Relator para as suas considerações iniciais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria fazer o registro de que na resposta que eu fiz em relação ao nosso requerimento diz respeito, não para tomar conhecimento, mas eu queria saber as razões por que que não foi colocado o requerimento em pauta... discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu já respondi exatamente ao nobre Relator. Em face da análise desse requerimento, nós vamos tomar as providências necessárias. Encontram-se sobre a mesa os seguintes requerimentos. Dos Deputados Norberto Teixeira e João Coser, que solicita seja convocado o Diretor-Presidente da Construtora Guimarães Castro Ltda., a fim de prestar esclarecimento sobre a obra central... obra Banco Central do Brasil, sede em Curitiba. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, Srs. Deputados membros da Comissão, nós estivemos visitando essa obra em Curitiba. A obra está parada, é uma obra inacabada. Ela... Foi feita uma licitação, simplesmente a construtora faliu e a obra continua. Agora, o Banco Central tá querendo abrir nova licitação para o término da obra. Mas e o prejuízo? E essa construtora que abandonou essa obra? E o prejuízo dessa obra paralisada? Nós queremos saber quando vai reiniciar essas obras, o prejuízo que a



União teve, que a União teve, e também se de fato vai retomar essa obra, o que vai ser feito com o prédio do Banco Central em Curitiba.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não. Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Não é nem pra discutir o requerimento, porque sou a favor, voto pela sua aprovação, mas, Sr. Presidente, é uma sugestão. Nós estaremos examinando hoje cerca de treze requerimentos; parece que treze requerimentos, não é isso?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Eu acho que antes de qualquer análise individual o nosso Relator deveria ter acesso a esse requerimento, como ele tem, pra fazer uma análise global, senão nós estaremos... se nós analisarmos bem, nós estaremos aprovando uma por uma. Não podemos aprovar globalizada. Aí, talvez, aqueles que o Relator entender sejam pertinente à Comissão... Eu acho que nós podíamos aproveitar e aprovar em globo. Não sei se pode.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Aprovar em globo não pode.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É uma sugestão pra que a gente não fique um a um, discutindo um a um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Deputado, regimentalmente não pode. Tem que aprovar de um por um.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Quem sabe a discussão em globo, então. Perdoe-me, Deputado.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas se nós tivéssemos do Relator, pelo menos ele, a palavra dele com relação a cada um, nós votaríamos sabendo que eles fariam parte depois do relatório, do exame. Estaríamos dentro do prazo que a Comissão tem pra visitar, ou, quem sabe, discutir cada obra dessa. Buscar elementos de cada obra dessa, senão ficaremos aqui a vida toda aprovando requerimentos e não ganhando tempo naquilo que é mais importante, que é conferir cada requerimento feito aqui. É uma sugestão, Sr. Presidente. Mas, de princípio, voto contra. Aliás, perdão, voto a favor do requerimento dos Deputados João Alberto Teixeira e João Coser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu queria fazer um encaminhamento. Eu subscrevi os requerimentos e ainda acho que faltam, pelo menos, dois. Um que eu participei da viagem e aqui, na prática, um resumo de tudo o que nós conseguimos identificar ou de uma boa parte onde nós conseguimos identificar de problemas dos estabelecimentos penais, na questão do porto, no Banco Central, na Via Expresso Sul, que eu acho que é o mais grave, talvez. Então, eu sou a favor da aprovação de todos os requerimentos e acho que nós precisamos de agregar o da rodovia no Estado do Rio Grande do Sul; pra mim, é um convite também à empresa e ao órgão federal lá, DNER. Mas só que nós, na minha avaliação, não devemos marcar as audiências agora, imediatamente. Então, nós já



temos... já vimos de perto o problema, já temos uma noção do custo do rombo. Então, é buscar os documentos. Banco Central: quanto que gastou, quanto que foi feito? Porque a empresa que vai vir aqui tem que prestar conta. Então, nós temos que ter dados pra apertar a empresa. Aí, tudo bem. Pagou tanto, fez aquela parte. Faliu. Agora, nós vamos contratar outra empresa. Vai concluir. Se for concluir, pra que que vai fazer? Aí, o Diretor do Banco Central vem pra... Isso vale pra cada caso. Estabelecimentos penais. Ficou lá um tempo. Está paralisado ou está andando? Objetivo social é tal e tal, quanto é que custa? Então, pra nós, a Via Expresso, por exemplo, é o mais grave: tem que fazer o levantamento de tudo que foi gasto. Saudar aqui o nosso parceiro... Porque a minha avaliação é que nós podemos aprovar todos os requerimentos, mas a convocação dos representantes deve ser feita quando o Tribunal de Contas, quando nós, Comissão, já tivermos um conjunto de informações suficientes pra apertar, senão nós vamos fazer uma audiência e não vamos ter os instrumentos necessários. Então, eu só queria propor isso. Eu, a princípio, aprovo todos. Todos os casos que estão citados aqui, se forem casos identificados **in loco**. Portanto, eu não vejo problema na nossa aprovação, só que eu não considero que a aprovação significa semana que vem V.Exa. estar convocando os empresários pra cá. Se fizer isso, o meu sentimento é que nós vamos cumprir mal a nossa função, que é fazer um bom debate e apertar o suficiente. Eu queria aproveitar, porque alguns Parlamentares não tiveram a oportunidade de participar dessa visita. Foi extremamente significativa a visita. Por que que foi significativa? Porque enquanto nós estávamos aqui, nós não tínhamos conseguido os documentos dos Ministérios, dos Governadores de Estado, das Assembléias Legislativas suficientes pra sequer começar o nosso trabalho.



Chegamos no Estado de Santa Catarina, parecia que não tinha nenhum problema. No segundo depoente, nós já identificamos três, quatro problemas graves. Rio Grande do Sul. Quando descemos no Rio Grande do Sul, parecia até que a nossa viagem lá estava perdida. Quando nós começamos a andar, encontramos problemas lá. Pra vocês terem noção, tem um trecho de estrada que a impressão é que foi feito de carvão. E lá nós já descobrimos que foi faturado 26 caminhões de concreto que não chegou na obra, que já está em um relatório do Tribunal de Contas da União. Depois, nós descobrimos – que não estava também no relatório, ninguém poderia adivinhar que não estava em lugar nenhum – que tem um dique paralisado por 10 anos e com 2 milhões conclui. E na última enchente alagou 330 ruas, metade da cidade, uma cidade com 110 mil habitantes. Com 2 milhões, a obra está paralisada. Só indo lá. Então, o meu sentimento é que nós vamos ter que andar os 27 Estados. Então, eu queria propor ao Presidente que nós fizéssemos de fato a aprovação do debate coletivo. Se alguém tiver alguma objeção, algum requerimento desse, que faça. E vamos aprovando um por um porque esses requerimentos são instrumentos pro nosso trabalho. Agora, a convocação, na minha avaliação, deverá ser feita accordada de acordo com o que nós tivermos de dados para de fato fazer audiência com as empresas e com os órgãos que são responsáveis pelo exercício, pela realização dessas obras em cada Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, a minha fala, ela vai ao encontro daquilo que representa o pensamento do Deputado Simão Sessim, somado com a fala do Deputado Coser. Primeiro, quando Sessim afirma que a boa



técnica, a forma mais produtiva de condução desse trabalho certamente seria discutir com o Relator requerimento por requerimento e, a par dessa discussão, selecionar e até propor a votação em bloco ou simbólica, já que nenhum de nós somos contra a convocação dessa ou daquela empresa. E o segundo ponto vem ao encontro da fala do Coser. O Coser coloca muito bem: esta Comissão ainda não tem dados do conhecimento desta Relatoria que possa estribar uma discussão com as construtoras. Entendia, entende esta Relatoria que seria mais produtivo para a Comissão convocar, no caso do Requerimento 1 e 2, primeiro, o Diretor Administrativo do Banco Central do Brasil. Ouvi-lo e, a par da sua fala, se for necessário, convocar as construtoras. Segundo: idêntico entendimento teria em relação aos outros requerimentos, mesmo porque, no nosso entendimento, nós não temos ainda dados consistentes nessa Comissão que possa subsidiar uma inquisição de alguma construtora ou de alguma empresa nesse sentido. Seria mais produtivo ouvir no Ministério da... envolvido, no Ministério do Transporte, e outros Ministérios aqui, para ouvir deles o grau de comprometimento: por que que essa obra não foi executada, qual foi as dificuldades que eles tiveram, se foi dificuldade de recurso, se foi ação no campo do meio ambiente, a dificuldade que for, ou se foi algum deslize da empreiteira. E, num segundo momento, convocava as empreiteiras que tivessem envolvidas. Eu acho que seria mais produtivo. Seria extremamente interessante para a Comissão, porque todos os Deputados teriam dados suficientes para fazer uma reunião produtiva. A par do que eu conheço até agora, nós não temos elementos que possam subsidiar uma discussão responsável sobre esse assunto. É o nosso entendimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, no requerimento nosso, da minha autoria, requeiro ainda que sejam apresentados cópia de licitação, possível tema de aditivo e qualquer outro documentos relacionado à mencionada obra, para que depois possamos convocar. Mas no requerimento nosso nós estamos pedindo que possa apresentar toda a documentação da obra. Aí, depois ser examinado, aí a Comissão pode convocar, pode marcar o dia da audiência com a empreiteira e com os órgãos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE - Me permita, Deputado. Aqui está sendo já uma autorização para convocar as pessoas. A fala que eu dirijo é justamente na ponderação. Buscar esses elementos pra depois fazer a convocação. É isso que seria o nosso entendimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas mesmo assim nós estamos pedindo cópia do documento e já pedindo autorização pra convocar as pessoas. Se houver alguma irregularidade, nós já temos autorização pra poder convocar e continuar pra frente. Mas nós estamos querendo requerer aqui toda documentação sobre essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, queria primeiro pedir desculpas pelo atraso — estava na reunião da Executiva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Chegou na hora, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - ... do PTB. Mas eu ouvi atentamente o nosso nobre colega João Coser, também o nobre Relator e o nobre Deputado Norberto Teixeira. E foi muito proveitoso. Eu acho interessante, até porque, e aqui eu quero fazer um elogio à Presidência desta Comissão, que tem se comportado de forma democrática. Não tem tomado nenhuma atitude à deriva; tem conversado junto a todos os membros desta Comissão, sem antes tomar nenhum tipo de atitude. Mas eu queria relatar – e aqui eu volto a frisar da importância desse requerimentos – Sr. Presidente, no sentido, como aqui falou Norberto Teixeira, que nós estamos convocando essas pessoas, estamos solicitando a cópia do contrato de licitação, uma série de documentos necessários, para que a gente possa analisar, averiguar, e se posteriormente nós não encontrarmos nenhum tipo de irregularidade, nenhum motivo pra convocar, para chamar essas pessoas, elas não serão chamadas. Nós vamos receber, mas previamente já deixa autorizado até para facilitar o nosso trabalho, para que não tenhamos que convocar novamente uma outra reunião, para aprovar mais uma convocação, até porque – e é um fato importante que ocorreu lá em Florianópolis sobre a Via Expresso Sul, quando eu tive a oportunidade de indagar o responsável pela obra. Uma obra que foi orçada em cerca de 50 milhões de reais, Sr. Presidente, e a empresa vencedora ganhou com 30 milhões de reais. Hoje, essa obra já custou aos cofres públicos mais de 65 milhões de reais e ainda



não foi concluída. E para conclusão dessa obra serão mais ... será necessário aproximadamente mais 20 milhões de reais. Então, são essas coisas que nos deixam estarrecidos e que esta Comissão aqui irá fiscalizar, doa a quem doer. Nós não estamos aqui pra prejulgar ninguém, nem tenho que fazer nenhum tipo de acusação. Nós estamos aqui para analisar esses fatos e esses requerimentos, Sr. Presidentes, acho que vão no... dentro do encontro de facilitar e agilizar o trabalho desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, eu gostaria também de somar-me aos demais colegas membros desta CPI, no sentido de apoiar a aprovação dos requerimentos – parece-me treze requerimentos – que tratam da solicitação de documentos e convocação ou autorização para convocação de autoridades ou de responsáveis pelas obras, quer sejam de empreiteiras, quer sejam dos órgãos públicos aos quais estão vinculadas aquelas obras. Eu acho que temos que dar um basta. O desperdício é muito grande. Não se pode, num país onde milhões padecem do mal crônico da fome, onde não há leitos hospitalares na maioria das nossas unidades públicas de saúde, onde a habitação popular ainda é um sonho, para atender à parcela significativa da população carente deste País, nós termos um desperdício de bilhões e bilhões de reais em obras espalhadas por este Brasil afora, sem que tenham sido concluídas. Pois bem, Presidente, nada impede que votemos os requerimentos, dando autorização à Presidência para a convocação dessas autoridades e dos responsáveis pelas empreiteiras ou representantes das empreiteiras, e que, posteriormente, antes evidentemente dessa convocação, que se



peça os documentos necessários e se aprofunde em termos de estudo, porque o que esta CPI quer é mostrar resultados práticos, realmente, que venham a coibir, a inibir, que venham a frustrar toda e qualquer tentativa de se continuar com essa prática de começar uma obra e, por motivos diversos, se paralisar a obra. Pois bem, Presidente, eu apelo aos colegas realmente pra que votemos, depois de discutir, pra que se vote os requerimentos, mesmo que tenha que ser um a um, mas que aprovemos, dando autorização, então, à Presidência, para, no momento oportuno, depois de se fazer análise e os estudos necessários, com base em documentos, nós podermos convocar a pessoa interessada, a pessoa responsável. Faço essa colocação, querendo registrar, Sr. Presidente – é bom que saiba V.Exa., o Sr. Relator e os demais pares – da repercussão muito positiva que em Santa Catarina provocou a presença de membros desta CPI, e quando a imprensa inclusive veiculou a possibilidade, na verdade, de se ter detectado irregularidades quanto ao processo moroso na seqüência das obras, como também em valores absurdos a partir de uma licitação da Via Expresso Sul, que liga a cidade de Florianópolis ao Aeroporto Hercílio Luz ou ao sul da ilha. E por isso, Sr. Presidente, acho que nós devemos fazer de tudo para não decepcionar a população com relação às expectativas que criamos quando lá estivemos em Florianópolis, em Curitiba e em Porto Alegre. Por isso, mãos à obra, não é verdade?! Contem os nobre pares com este Deputado no sentido de se elucidar, de se trazer a colaboração que pudermos emprestar à Comissão. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o ...

Com...



O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Não. Queria fazer um encaminhamento.

Não sei se é agora. É o seguinte: porque me parece que está criando um consenso. Só queria propor entre 10 e 15 dias pra empresa, pro órgão público oferecer todas as informações, contratos aditivos; 10 dias ou 15 dias. Nós vamos fixar o que fica bom pra V.Exa. Se não apresentar, aí nós vamos tocar e vamos convocar do jeito que nós estivermos. Mas dá um prazo fixo pra que... No caso, a empresa citada, o órgão público citado, 10 dias é suficiente. Chega lá hoje, a semana que vem, uma semana pra mandar os contratos, dizer por que que ajustou, por que que contratou 30 e já gastou 65, porque aí você tem os instrumentos pra começar. Senão, se for 30 dias, a gente não apura ninguém, né?! E esses 10 dias valeriam sempre pra frente, e aí criaria uma norma aqui dentro. Por que eu estou querendo criar a norma? Nós estamos em três Estados; nós vamos ter que chegar em 27.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pela ordem, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O rumo da discussão está caminhando para um consenso, mas o que está escrito no requerimento não é o que está sendo acordado pelos Deputados. O que tá escrito é a convocação com a solicitação de apresentação de documento. Agora, se é um consenso na Comissão de estabelecer – que eu acho 15 dias um prazo meio curto; talvez 20 dias fosse aí um prazo razoável – os 20 dias, ou a qualquer momento, desde que tenha a documentação, e, a partir dessa documentação examinada estabelecer a prioridade da convocação. Dessa parte, eu não tenho restrição nenhuma. O que eu tenho



restrição é o teor do requerimento, que ele convoca e solicita, já que nós não temos os documentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO – Sr. Presidente, para discutir, pra discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Eu só queria que os nobres Deputados fossem mais rápidos, para que a gente pudesse votar. Nós temos 14 requerimentos pra votar e eu gostaria que a discussão fosse...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Uma questão de ordem. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Um minutinho. Nós estamos estabelecendo as normas para que nós criemos mecanismo da votação. Com a palavra o Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero parabenizar a Comissão pelo entendimento que está sendo formado aqui, a partir da palavra inicial do Deputado Simão Sessim, que não seria diferente. Simão Sessim falou, recomendou e a Comissão está toda acatando o ensinamento sábio que ele disse desde o primeiro pronunciamento. Segunda coisa. Acredito eu, e aí é uma conversa com o Deputado Anivaldo Vale: o requerimento, Deputado, precisa ser feito com essa formalidade. Ela... é necessário que seja feita com essa formalidade, porque essa é a função da Comissão. Agora, o Presidente da Comissão pode, perfeitamente, convocar, depois de ouvido o Plenário, mostrar, talvez, alguma dificuldade financeira dentro desse processo, até que essa convocação não se realize. Quero parabenizar a Comissão



pelo entendimento que está sendo formado aqui e desejo, Sr. Presidente, que a votação comece o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – É sobre a votação, Sr. Presidente. Não poderia ser votado em bloco, já que há um consenso?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não, porque é anti-regimental. Em votação o Requerimento nº 110...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – Sr. Presidente, pela ordem. Só para saber o que estamos votando. Vamos votar primeiro que seja solicitado a documentação pertinente a cada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não, nobre Deputado. O Requerimento nº 110.1, dos Deputados Norberto Teixeira e João Coser, solicita que seja convocado Diretor-Presidente da Construtora Guimarães Castro Ltda., afim de prestar esclarecimento sobre a obra Banco Central do Brasil, sede de Curitiba. O corpo do requerimento V.Exa. pode pegar aí. Em votação o requerimento. Os Deputados que o aprovam...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu vou aprovar a todos, eu sou a favor, sou subscritor. Mas eu estou querendo, Deputado Simão Sessim, que nós fazemos aqui um acordo de procedimento. Isto está combinado?! O Presidente diz o seguinte: a partir de hoje nós vamos seguir desta forma, tantos dias. E a partir daí está autorizado a convocar. Porque nós estamos aprovando convocação, que tem que ser assim. Mas entre nós tem um consenso que não é



convocar pra amanhã. Então, que V.Exa. oficialize esse acordo, em nome de nós todos, para que a gente vote tranqüilo esses requerimentos. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Em votação o prazo de 15 dias... Eu quero colocar em votação. Os Deputados...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Não, eu queria propor ao Relator. Porque... olha bem, eu propus 10 a 15 dias. Eu acho que 15 dias, gente, duas semanas é suficiente. As empresas têm isso, nós temos muita coisa pela frente.

(Não identificado) – Quinze dias úteis, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Um prazo máximo de 20 dias, não é isso? Um prazo máximo de 20 dias. Prazo máximo. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*). Aprovado. Requerimento nº 110.1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento 111.1, dos Deputados Norberto Teixeira e João Coser, que solicita seja convocado o Diretório Administrativo do Banco Central do Brasil, a fim de prestar esclarecimento sobre a obra do Banco Central do Brasil, sede de Curitiba. Para encaminhar a... passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, é o mesmo objetivo. Esclarecer o fim do contrato anterior, rompimento daquele contrato, os danos pro banco e automaticamente a nova contratação e os destinos da sede do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Em votação o requerimento... Pela ordem, Deputado Anivaldo Vale.



O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Já o Requerimento 111.1, eu não vejo razão para não ser convocado imediatamente. Esse aí não precisa aguardar 20 dias. Nós vamos ouvir o diretor administrativo do Banco Central do Brasil.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS - Votar agora, como faríamos convocação...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Tem duas coisas diferentes, Deputado: uma é convocação de empreiteira; a outra é de responsável pela execução da obra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sim, só que estamos discutindo aqui, parece-me que estamos querendo disputar espaço. É verdade. Acabamos de discutir agora, sem qualquer ressalva, sem qualquer restrição, prazo de 20 dias. Não se fez qualquer ressalva, não se fez qualquer restrição; é para ser geral, para não começarmos com muitas regrinhas e daqui a pouco não vamos cumprir nenhuma delas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu volto a dizer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Primeiro, é bom quando um tiver falando, o outro tira a palavra. O que ocorre é com relação ao Presidente do Banco Central, que é o gestor da obra, ele tem essa documentação, e é aqui o Diretor Administrativo do Banco Central. Nada impede que ele seja ouvido imediatamente; nós já podemos ganhar tempo. A questão da licitação... procurar ouvir dele qual o nível de comprometimento que tem com a obra, isso e aquilo outro. Já imediatamente se pode buscar os documentos e deflagrar dentro do prazo de até 20



dias. Eu, particularmente, nesse Requerimento nº 111, eu acho que a função da Comissão é completamente diferente daquela que seria do 110. O 110, sim, se trata de empreiteira; esse aqui é do administrador da obra. Nada impede. Pra mim, ele não precisa ficar lá para frente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM – É a mesma coisa; a diferença de um ou de outro. O problema é que nós temos que ter em mãos a documentação ou o levantamento da situação da obra, para que possamos, antes de chegar, da convocação, nós possamos examinar e discutir com quem vem. Agora chega aqui o diretor do Banco Central e apresenta... E como é que nós vamos discutir? Então, acho que pra todos tem que ser assim, não importa...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, pela ordem. É só para esclarecer. Acho que houve aqui um acordo. Até que ficou para ser discutido posteriormente, depois da aprovação desses requerimentos. Posteriormente, de comum acordo, nessa Presidência, numa reunião mais informal, numa reunião interna, discutiríamos caso a caso quem deveria ser convocado primeiro. Eu, por exemplo, pessoalmente, já acharia que nós deveríamos convocar primeiro os empreiteiros. Mas isso é uma discussão que nós teremos que fazer posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir o Requerimento 111.1, os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado. Requerimento 112.1, dos Deputados Norberto Teixeira, João Coser, Sérgio Reis, que solicita seja convocado o Diretor-Presidente da empreiteira Consórcio ...(ininteligível)... Sul para depor, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra de recuperação das instalações do Porto de



Laguna, no Estado de Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, se destina, né?! É uma obra que está há aproximadamente 20 anos em andamento. São recursos públicos que estão sendo injetados nessa obra. Nós tivemos a oportunidade de estar presente nesse Mole, e é importantíssimo que se tenha a convocação dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento nº 113, dos Deputados Norberto Teixeira, João Coser, Sérgio Reis, que solicita para depor o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania de Santa Catarina, a fim de prestar esclarecimento sobre a obra de construção, ampliação e reforma, aparelhamento em estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros desta Comissão, nós estivemos nessa penitenciária de São Pedro de Alcântara. É uma obra que vem gastando mais de dez anos. Estão tentando reiniciar essa obra de novo, e aonde tem um problema seriíssimo no sistema penal de Santa Catarina. Essa obra tem denúncias de superfaturamento, essa obra já foi paralisada mais de cinco vezes, e agora estão retornando bem lento, para poder inclusive mostrar pra CPI, que esteve lá, que tinha retomado as obras, alguma parte dela. Então é muito importante que nós possamos convocar esses empresários e o



secretário. E o Ministério da Justiça tem repassado dinheiro pra essa obra em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento 114, dos Deputados Sérgio Reis, João Coser e Norberto Teixeira, que solicita para que seja convocado para depor o Diretor-Presidente da empreiteira Consórcio CBPO/CNO, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Via Expresso Sul, Florianópolis, Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, esta obra – ela de fato é aquela que o Deputado Sérgio Reis já fez uma citação –, do ponto de vista do que a gente consegue ver a olho nu, foi o que mais nos surpreendeu. O valor do contrato solicitado e o valor dos recursos empregados até agora... Realmente, há uma desproporcionalidade muito grande. Portanto, é nosso anseio ver aqui o representante da empresa e do órgão estadual fazendo os esclarecimentos sobre os repasses de recursos dessa obra. Então, gostaria de defender esse requerimento e só informar que antes de a CPI ser instalada, no táxi que eu tomei no aeroporto para o local da audiência pública, um taxista me falou: “O senhor está vendo isso aqui? Essa obra já está custando mais de 100 milhões para o nosso Estado”. Um taxista sabia, antes de eu chegar no espaço, ele já sabia que ia estar lá uma comissão e que aquela obra era uma obra muito cara para o Estado. Só queria mais uma questão, Deputado, que não tem a ver com o requerimento — sou a favor da aprovação do requerimento. Mas o outro requerimento está convocando o DER, aí pra ver de fato se essa estrada, por ser uma... se ela está subordinada ao órgão



DER, ou se ela está por acaso subordinada a um outro órgão lá do Estado, para não cometemos... Tirar essa dúvida antes. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Pergunto ao Relator, Deputado Anivaldo Vale, se quer usar da palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Acho que, acordado o princípio de convocação, quanto a convocar “a” ou “b” nós não temos nenhuma restrição. Só achava que a ordem teria que ouvir primeiro, conhecer o grau de comprometimento da empresa, pra também não expor a CPI. Agora, eu também, ó Coser, a gente fica assustado com esse processo, mas a gente devia de conhecer pra ver se não está cometendo nenhuma injustiça nem expondo a CPI. Na medida em que quando você licitou o painel da Câmara e quando foi licitado por 1 milhão... E ele foi construído por 3 milhões. Olhando, assim, numa visão mais bruta...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – A Câmara não é um bom exemplo, não. Nem o Senado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Certo... Eu acho, sim, que a Câmara é um bom exemplo, porque eu acho que na medida em que a Câmara não for um bom exemplo, eu prefiro não ficar aqui, porque eu trabalho no rumo de acertar. Então, ela foi feita dentro das normas. Então, nós temos que ter em mente se a licitação foi errada, para a CPI também ter a responsabilidade de não colocar na rua a maculação de nomes de pessoas que não deveriam ser colocados. Nós temos que ter... trabalhar com a responsabilidade. Então, eu não queria declarar nenhuma obra, a princípio, que ela esteja irregular, sem conhecer, com profundeza, os aspectos que levam a essa irregularidade. Isso é um ponto que eu quero deixar registrado dentro dessa CPI, porque nós não podemos fazer disso aqui palanque



político, palanque do sensacionalismo, da irresponsabilidade. Nós temos que trabalhar nisso aqui dentro de um contexto... Que nós possamos juntos fazer um trabalho que possa subsidiar o Governo Federal, as iniciativas do Executivo, oferecendo sobretudo instrumentos que possam ajustar ou mudar alguns pontos que estão em grau de comprometimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de passar a palavra...

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só... só... Antes de fazer esse esclarecimento queria passar a palavra ao Deputado João Coser, só pra contraditar.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Eu sei que o Deputado Anivaldo Vale não deve ter se referido especialmente a mim, ou só a mim. Eu, de fato, não sou homem de fazer palanque do meu trabalho, apesar que não tenho nada contra o palanque. Agora, eu tenho certeza de que uma obra contratada por 30 milhões não deveria, em nenhuma hipótese, chegar a 65, 80 milhões sem uma nova licitação. Tem uma lei na licitação que diz o limite de possibilidade de acréscimo de um contrato. Então, a olho nu, eu disse o seguinte: tem uma coisa muito visível que tem problema. E, se nós analisarmos, se nós ouvirmos... O Governador voltou atrás, fez acertos de coisas realizadas no governo passado. Eu não quero fazer prejulgamento, mas também não quero proteger empreiteiro. Então, aqui é português: eu quero que ele venha aqui dizer por que, o que que levou ele a chegar a esse estágio, e, depois, nós vamos saber se ele está sendo condenado, ou se ele sai isento daqui. Em alguns casos tem que ser preso, mas eu não tenho agora a



capacidade de fazer julgamento. Eu quero que ele venha aqui dizer. Por isso, é que ele tem que ser convocado, dado um prazo-limite aí pra ele apresentar os documentos, que acho que os empreiteiros têm todos os documentos dos contratos que eles fazem, dos aditivos, dos acréscimos. Eles não precisam nem de tanto tempo, porque isso eles sabem fazer com uma certa eficiência.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de passar a palavra ao Deputado João Matos, eu queria só fazer um esclarecimento. Inclusive, foi pauta da nossa discussão inicial, que esta CPI não é só para apontar irregularidade, não. Nós temos obras, por exemplo... nós estamos levantando por que que a obra parou. Mas tem algumas obras que pararam por falta de recurso, ou de repasse ao Governo Federal sem ter nenhum problema do ponto de vista de irregularidade. E que nós devemos aproveitar e apresentar, no final desta CPI, esclarecimento, até para o próprio Governo, que aquela obra prioritariamente, socialmente, daquela região não parou por falta de recurso, para que ele possa inclusive repassar esse recurso. Quer dizer, não necessariamente as empreiteiras que devem vir aqui, elas já vêm contaminadas, ou então elas já vêm doentes. Esta CPI é também para esclarecimento e auxiliar o Governo Federal. Com a palavra o Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, lá em Florianópolis, já tive oportunidade. Aliás, iniciei a indagação, o questionamento a respeito de possíveis irregularidades, até porque há muito — e moro em Florianópolis, pois que sou da bancada catarinense, como sabe V.Exa. — há muito vem se questionando esses termos aditivos, que não foi um só, e este valor que assumiu a obra. Ela vai...



E o processo iniciou no Governo ainda não anterior, o Governo 90/94; foi licitada no Governo 95/98; e foi aditada agora, mas o que chama a atenção é justamente que, contrariando todos os princípios legais a partir da 8666, que diz que uma obra nova tem um limite de 25% para poder ser aditada. E nesta obra mais de 100% já somam os termos antigos, é o que nos questionamos a partir daquele dia. E quero cumprimentar os nobres colegas, pares de outras Unidades da Federação, que lá estiveram, que viram esse, puderam perceber esses indícios de irregularidade em termos de licitação. Também não sou de apontar o dedo pra dizer: "tem irregularidade". Agora, há indício de irregularidade. Então, chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que já há muito, desde há dois anos atrás ou pouco mais de dois anos atrás, quando assumiu o atual Governo em Santa Catarina, quando foi firmado o primeiro termo aditivo, vêm sendo denunciadas possíveis irregularidades, pois que ultrapassou a qualquer barreira, qualquer limite tolerado pela lei.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pela ordem, Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, a minha intenção... ahn... eu quero... eu quero não acusar nem "a" nem "b" nem "c". Nos meus requerimentos, eu fiz questão inclusive de pedir que pudesse pedir informação e documentos suficientes pra mim analisar. A partir daí, dessa análise que eu vou falar se é ou se não é. Agora, ahn... o que a gente sentiu? Em todos os locais que nós passamos... Eu apóio o Governo aqui no Congresso; eu voto com o Governo, apóio o Governo, estou tendo até problema com o meu partido, no meu Estado. Mas é injusto você passar em diversos Estados, em diversas obras e acusar o Governo;



“Ah, o Governo não manda dinheiro, o Governo parou a obra”. E você vai ver, não é isso; o Governo já repassou dinheiro. Igual eu fui examinar agora a Penitenciária... ahn... de São Pedro de Alcântara: o Governo repassando dinheiro e a obra parada... e a obra parada. Aí é fácil culpar o Governo. A obra continuar parada, a obra não sair. Rodovias... E como o nosso Relator foi visitar uma rodovia, que ficou assustado com a qualidade do serviço... ficou assustado com a qualidade do serviço, que chegaram até a assustar com a qualidade... Isso que tem que ser cobrado: responsabilidade. Nós somos fiscais disso aí. Outra coisa, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. membros, eu gostaria de registrar um caso inédito no País. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná fez um levantamento em todo o Estado do Paraná pra examinar todas obras de convênio estadual e municipal, e algumas com o Governo Federal, e não teve informação, e soltou um relatório cobrando às autoridades do Paraná uma solução pra 1.054 obras que estão paralisadas no Estado do Paraná. Ahn... se todos os Presidentes de Tribunais de Justiça fizessem isso e nós, da CPI, cobrassem também uma posição de todos os Governos, nós estaríamos hoje numa solução muito melhor pro nosso País, gerando emprego e gerando qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Em votação o Requerimento 113.1. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado. Requerimento nº 114.1, dos Deputados Sérgio Reis, João Coser e Norberto Teixeira, que seja convocado para depor o Diretor-Presidente da Empreiteira Consórcio CBPO/CNO, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Via Expresso Sul, Florianópolis, Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.



O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS - Sr. Presidente, esse não é o mesmo requerimento?! É o mesmo requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Foi aprovado. Então, vamos passar para o 115.1. Os Deputados Sérgio Reis, João Coser e Norberto Teixeira que solicitam seja convocado o Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina, DER-Santa Catarina, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Via Expresso Sul, Florianópolis, de Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, é interessante a vinda do diretor até para poder esclarecer aqui para os membros desta CPI o que é que, como foi feito, como está sendo conduzido, a própria documentação. Essa obra, eu volto a citar, no grosso, como foi dito aqui, é uma obra muito suspeita, inclusive nas conversas que obtive com alguns técnicos por não ser um PhD na Lei de Licitação, não ser um conhecido profundo, mas me causou muita estranheza que uma obra que seja orçada em 50 milhões de reais, uma empresa se propõe a fazer por 30, 20 milhões a menos. E, consequentemente, pelo pouco que eu sei, esse aditivo é até 25%. Se você achou necessário que fossem construídas outras coisas teria que ser feita uma nova licitação. E isso a gente não pode prejulgar. Por isso que nós estamos solicitando, Sr. Presidente, o requerimento da própria documentação e do Diretor do DER para poder esclarecer aqui para esta CPI e deixar tudo às claras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Só para registrar aqui a presença com muito prazer do nosso Vice-Presidente Francisco Garcia — estava com saudade de V.Exa. — e também o Deputado José Borba. E só esclarecendo também que nós votamos o Requerimento 114, estamos em discussão o 115, que



agora nós votar. Aliás, o 114 já foi aprovado. Em votação o Requerimento 115. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento 116, dos Deputados Norberto Teixeira, João Coser, Sérgio Reis, que solicita seja convocado o responsável no Ministério dos Transportes pela obra recuperação das instalações do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina, a fim de prestar esclarecimentos sobre a mesma. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, neste requerimento, nós queremos saber quem que é responsável por Laguna. Me parece que é o Porto de Santos, que tem toda a informação e toda documentação do Porto de Lagunas, em Santa Catarina. Mas não é só isso. Essa obra está parada, o próprio Governador do Estado reclamou a nós e o próprio pessoal também da comunidade, conversando com a comunidade... A obra está parada há mais de dois anos sem ter... Me parece, é problema sério de licitação, está na Justiça, a empreiteira entrou com recurso. Mas isso nós queremos saber, saber o que está acontecendo. Tem dinheiro no Orçamento e a obra continua parada. Não adianta os Deputados colocarem dinheiro no Orçamento e perderem o Orçamento porque não tem licitação, ou a licitação está ilegal ou está parada a obra. Então, é muito importante, é um porto importante para o País e não pode continuar com prejuízo que está hoje Santa Catarina com o Porto de Laguna paradas as obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento 116.1. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento nº 117, dos Deputados Sérgio Reis, João Coser e Norberto Teixeira. Daqui só o Deputado



Norberto Teixeira não está nesse requerimento – o 117. Solicita seja convocado o diretor-presidente da empreiteira SIAL Construção Civil Ltda., a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Penitenciária de Piraquara. Piraquara onde é que fica? Lá em Curitiba...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Paraná. Lá em Curitiba.

Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, é o mesmo argumento dos outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, dentro desse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Dentro dessa mesma proposição, um fato aqui que foi relatado no presídio que nós estivemos lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, conversando com um engenheiro da obra da penitenciária daquele local, o que me causou até uma certa estranheza e um pouco de indignação: foi que esses presídios, o tamanho da cela desses presídios, com banheiras inclusive com água quente para os detentos. Eu acho que isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Mas V.Exa. acha que o detento não tem direito à água quente?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – O cara matar, roubar e ainda ter o direito a uma cama boa, a água quente, coisas que pessoas de bem, pessoas trabalhadoras infelizmente não estão tendo essas condições privilegiadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, em vot... Antes eu queria saber se o Deputado Anivaldo Vale...não. Em votação o Requerimento 117.1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento 118, do Deputado Sérgio Reis e Deputado João Coser, que solicita que sejam convocados os chefes do Instituto de Departamento de Estradas de Rodagem, do Estado do Paraná, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Contorno Leste, de Curitiba. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, eu vou passar a palavra para o Deputado Sérgio Reis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Sr. Presidente, essa também é uma das obras que nós tivemos oportunidade, na visita que nós fizemos em Curitiba, nós tivemos oportunidade de receber alguns comunicados, de algumas pessoas. Inclusive, foi muito proveitosa a participação da própria imprensa, que, nos muniциando de diversas informações, e que essas informações nos geraram algumas dúvidas. E é interessante a convocação dessas pessoas aqui até para esclarecer esses fatos que essa Comissão está em dúvidas a respeito das denúncias formuladas sobre essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar a palavra, em votação o Requerimento 119. Os Deputados que aprovam... Desculpe, 118. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Deputado Sérgio Reis, Deputado João Coser e



Deputado Norberto Teixeira, solicita seja convocado o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, a fim de prestar esclarecimento sobre a obra de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.,

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – É a mesma, Sr. Presidente, sob a argumentação dos outros requerimentos. São recursos que são repassados para o sistema penal, e que, infelizmente, você vê na imprensa, todos os dias, a falta de espaço para recolher presos. Cadeias lotadas, penitenciárias lotadas, rebeliões e recurso, o Ministério passando recurso direto, pelo recurso do DEPEN, infelizmente, sendo mal aplicado na construção dessas penitenciárias e parando essas obras, tão necessárias para a nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. Nós estamos aprovando o Requerimento 119.1. Requerimento nº 121, do Deputado Sérgio Reis, Deputado João Coser e Deputado Norberto Teixeira, que solicita seja convocado o Diretor-Presidente da empreiteira e construtora Espaço Aberto Ltda., a fim de prestar esclarecimento sobre a obra de construção, ampliação, reforma e aparelhamento dos estabelecimentos penais do Estado de Santa Catarina. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, esta obra é a mesma que foi defendida pelo Deputado Norberto Teixeira, e nós tivemos a oportunidade de estar lá presente, inclusive V.Exa, onde tem aquele esqueleto. O Deputado Anivaldo Vale, Relator, andamos lá no meio do brejo. Tem uma parte dela realmente



construída, uma parte montada, e é uma obra que, com certeza, tem um papel social significativo. É fundamental trazer os representantes da empresa aqui para exatamente discutirmos, além do custo, a aceleração daquela obra. Porque o objetivo desta Comissão é fazer com que as obras inacabadas se transformem em obras públicas concluídas e que prestem serviço à comunidade. De preferência, sem irregularidades. Então, por isso que entra aquela máxima de irregularidade: não quer dizer que tudo que está inacabado está irregular. Mas ela tem que ser concluída, senão ela não cumpre o papel social dela e traz um custo grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento 120. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. Realmente, nós estivemos aprovando o Requerimento 119. Requerimento 121, do Deputado Sérgio Reis e do Deputado João Coser, que solicitam seja convocado o Diretor-Presidente da Construtora A. Gaspar S/A, a fim de prestar esclarecimento sobre a obra Contorno Leste, Curitiba. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, nós recebemos informação do Diretor do DNER, do Estado do Paraná. Mostrou a obra, mas ele esqueceu uma coisa tão importante: são cinco lotes; só tem quatro lotes e tem um lote abandonado, o lote quinto. Esse lote... está paralisada a obra, e a construtora A. Gaspar é responsável por esse lote. Existe uma denúncia... ahn... que ela não está cumprindo o contrato e, também, foi... tem recurso suficiente... o DNER passou recurso suficiente pros cinco lotes. Somente quatro lotes trabalhando, e um lote tá abandonado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham o Requerimento 121. (*Pausa.*) Aprovado. Requerimento 122, dos Deputados Sérgio Reis e João Coser, que solicita seja convocado o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, do Ministério da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra Penitenciária de Piraquara. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Sérgio Reis.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS – Esse requerimento, Sr. Presidente, vem no intuito do... Sr. Diretor do Departamento Penitenciário Nacional possa vir prestar esclarecimento, sendo retiradas algumas dúvidas, pra gente poder saber se ele está repassando os recursos necessários, para que as obras tenham continuidade, se a diretoria não está repassando esses recursos, para a gente poder analisar, averiguar, e, posteriormente, nós termos uma conclusão a respeito desta obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro a discussão, passo pra votação o Requerimento 122. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*) Aprovado. Antes de encerrar a reunião, só queria rapidamente que o Deputado Norberto Teixeira fizesse um relato breve sobre a visita que nós fizemos com a CPI nos três Estados que nós fomos – Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o Paraná.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA – Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor pudesse passar pra outro e desse essa licença a mim, porque eu estou com duas audiências marcadas sobre documentos meus da CPI que eu preciso pedir informação hoje. Então, eu gostaria que o senhor pudesse me dar licença. Mas quero, bem rápido: foi muito importante. Foi importante ver a realidade, foi



importante também sentir o que o povo tá cobrando de nós, o que o povo espera de nós. E tenho certeza que essa CPI vai trazer muito lucro para o País, trazendo benefício e obra e geração de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado João Coser pra fazer esse relato, designado pelo próprio Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, nós estivemos visitando três Estados da Federação (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná). Foram segunda, terça, quarta e quinta-feira de audiências com visitas às obras. Fomos recebidos pelos Governadores de Estado. E, em alguns casos, pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Com uma disposição de auxiliares, tanto do Tribunal de Contas da União, como de órgãos dos Estados. Então, na minha avaliação, foram bastantes significativas as audiências. A primeira impressão é que todos estão com muita disposição de contribuir com a Comissão Parlamentar de Inquérito, desde o primeiro Governador até todos os órgãos públicos que foram convocados. A impressão que nós temos, tivemos, quando chegamos aos Estados, é que pouca coisa tinha, de fato, pra se ouvir. Mas foi uma impressão que foi sendo superada já nas primeiras audiências, onde... quando você começa a ouvir um secretário de Estado, serviço de patrimônio da União, posteriormente um órgão Federal, o DNER, você percebe que tem muitos problemas. Então, o meu sentimento. Não vou fazer relato detalhado aqui. Fizemos visitas a várias obras, em todos os Estados, algumas bem distantes, como o caso dos companheiros que foram visitar o Porto do Rio Grande – são 500 quilômetros de distância. Nós visitamos estradas e algumas outras obras importantes a 100 quilômetros de distância dos locais das audiências



públicas. Então, realmente, a minha impressão foi positiva. Tenho a expectativa de que o Relator faça escrito um relatório pra cada membro da Comissão, da visita às pessoas que deram depoimentos, as obras que nós visitamos. Tenho a impressão, aí uma consulta que eu faço, como foi a primeira visita, que isso vai sair tudo oficialmente, tá tudo taquigrafado. E aí, Presidente, o que eu poderia sugerir, a partir dessa primeira, desse primeiro conjunto de audiências nos Estados, é que nós, de fato, nos fixássemos em sair dos Estados já com uma, tipo um relatório pronto. Cada Estado, as pessoas que foram ouvidas, as impressões mais importantes, as obras visitadas e já na semana seguinte socializar para os membros da Comissão, porque não é possível V.Exa levar todos os membros da Comissão nessas audiências. Então, o meu sentimento é de que vale a pena continuar o trabalho, organizado com uma certa antecedência, porque a repercussão foi positiva, o acolhimento da Comissão foi positivo em todos os três Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu queria, Sr. Presidente, me reservar a manifestação sobre essa visita a Porto Alegre num momento mais oportuno e dizer que, da nossa parte, nós procuramos acompanhar com firmeza todos os passos da Comissão, e dizer ao João Coser que a gente toma boa nota da colocação que ele faz, na medida em que ele sugere que parcializa o relatório. Eu posso lhe afirmar que a gente vai apresentar um relatório a essa Comissão que possa ser representativo daquilo que foi o nosso trabalho, dentro da tradição da Casa. Se puder, em algum momento, nós tivermos o entendimento que devemos trazer uma inovação que possa contribuir sobretudo para a modernização do



relacionamento Governo, da Administração Governo, com recurso da sociedade, e a sociedade com o Governo, nós vamos certamente colocar em discussão, com os Deputados desta Comissão, e procurar um aprimoramento. Que eu acho que essa... Seria muito pequeno, seria muito pouco a Comissão se limitar a levantar as obras inacabadas, agilizar os recursos etc. Certamente seria mais produtivos se nós tivermos a competência, o esforço de apresentar um documento que possa aprimorar esse relacionamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, só uma coisa. Porque... o que eu propus, na prática, é o seguinte. Que nós tivéssemos uma pessoa anotando o seguinte: no Estado de Santa Catarina, 9h da manhã, uma audiência com o Governador; 13h ouvimos o representante do Serviço de Patrimônio da União, do DNER, um relato — não é relatório; o relatório entra em julgamento-mérito — um relato de quem ouvimos, quem e o que visitamos, e uma certa impressão, se achar necessário, de quem ouvimos, pra que ficasse a memória das nossas visitas, que estão taquigrafadas, que, depois, virarão um relatório oficial do Presidente. Então, a minha idéia é um relato, pra que seja socializado pros membros que não tenham a oportunidade de visitar os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Antes de encerrar esta sessão, eu queria, que a Deputada Tânia, o Deputado Francisco Garcia e o Deputado Pimentel, que não foram, que a visita, pra nós, foi extremamente proveitosa. Nós tivemos um grupo de Parlamentares eclético, dos vários partidos. Mas... ahn... nas audiências que nós tivemos, nós pudemos colher informações suficientes, para que nós pudéssemos contribuir para o Relator fazer o seu trabalho. E nós... A experiência que nós tivemos, nós vamos continuar com esse trabalho,



porque nós chegamos juntos da própria sociedade, dos problemas dos Estados, e eles nos dão e contribuem muito para que nós possamos terminar esta CPI com resultado satisfatório. Com a palavra a Deputada Tânia.

A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES – Sr. Presidente, então, eu queria saber se já há um procedimento de novas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Visitas.

A SRA. DEPUTADA TÂNIA SOARES - ... visitas, e a partir de quais documentos que nós já temos para a preparação pra essas visitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) – Não. Nós... nós vamos nos reunir – depois até vou te fazer um convite também, Dra. Tânia, Deputada Tânia – pra que nós possamos, depois, fazer um roteiro de viagem. Queria também agradecer a todo o corpo técnico aqui da Câmara dos Deputados, que nos acompanharam nessa visita e tão responsável e profissionalmente nos conduziram e conduziram os nossos trabalhos nos Estados também. Aos Presidentes das Assembléias lá nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, a acolhida que nos deram, também facilitando o nosso trabalho; também aos Governadores dos Estados, que contribuíram também para que nós possamos realizar um trabalho de transparência para os Estados brasileiros. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos desta sessão. Está encerrada a reunião.